

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A implantação e estruturação do novo modelo agrário no Paraná: ações do governo de Bento Munhoz da Rocha 1951-1955.

Renê Wagner Ramos

SETI

renewramos@uol.com.br

1. Introdução

As pesquisas realizadas sobre o tema do campo no Paraná mostram que mudanças importantes na agricultura, tanto paranaense como brasileira, ocorreram nas décadas de 1960 e 1970. O processo de modernização do campo esteve associado à industrialização do meio rural. Nesse sentido pretendemos contribuir e compreender historicamente o início dessas mudanças na agricultura do estado, para isso fixamos o período de 1951-1955.

A relevância desta pesquisa centra-se na estruturação e implementação de medidas de inserção do campo com o projeto conhecido como o “Paraná moderno”. A introdução de técnicas e o avanço do capitalismo no meio rural ocasionaram impactos na organização das três principais colônias paranaenses: Castrolanda, em Castro; Witmarsum, em Palmeira, e Entre Rios, em Guarapuava, servindo nos discursos políticos como exemplos da modernização do campo.

Essa modernização foi compreendida como sinônimo de industrialização do campo, que ocorreu no Paraná de forma desigual, mas que todas as categorias de agricultores foram atingidas, assim como as atividades agropecuárias.

A pesquisa demonstrou que historicamente as mudanças ocorridas na agricultura paranaense foram anteriores ao final de 1960. A tese discute a modernização do campo, fruto do discurso da política de um Paraná moderno, que teve sua gênese entre 1951 e 1955 no governo de Bento Munhoz da Rocha Netto. O governo estruturou um novo modelo de exploração econômica e industrial do campo.

2. A implantação de um novo modelo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O novo sistema atrelou o agricultor ao cooperativismo agroindustrial. Para tanto, as três colônias foram implantadas e funcionaram como laboratórios, especialmente difusoras do novo modelo agrário, com características de monocultura, mecanização, seleção de sementes, agrotóxicos, agroindústria e cooperativismo. O projeto de modernizar o campo foi amplamente divulgado em propaganda oficial, contando com uma ampla rede de jornais, rádios e revistas. O objetivo desse volume de propaganda era conquistar e alertar os agricultores paranaenses, especialmente a elite agrária do Paraná tradicional.

Para compreender essas transformações, antes de tudo devemos percebê-las como parte do processo de expansão do capital, exclusivamente o financiamento, a doação ou os empréstimos a longo prazo, representava ajuda pública, nacional e internacional, contribuindo para desarticular o campo da forma tradicional de produzir. (ELFES, 1971). No Paraná, os posseiros não proprietários das terras foram os primeiros a ser expropriados e os pequenos agricultores não recebiam qualquer forma de financiamento para a produção. As terras dos posseiros e pequenos proprietários foram sendo anexadas às grandes fazendas vizinhas e parte desses trabalhadores passaram a ser assalariados dos grandes proprietários, o que explica o caráter capitalista da modernização.

Analisando o processo de modernização, acreditava-se que tinha sido de forma estruturada, ocorrendo as mudanças a partir do fim dos anos de 1960 e início de 1970, como afirma Priori (2012, p. 120):

O processo de modernização da agricultura no Paraná ocorreu entre fins da década de 1960 e início dos anos de 1970. Nesse momento, a economia cafeeira estava em crise em função do excesso de oferta desse produto no mercado internacional, além da concorrência sofrida com as produções cafeeiras da África e da Colômbia. Contribuíram ainda para a queda da produção as pragas e alterações climáticas, como a ferrugem e as geadas, que marcaram a crise do café nesse momento. Até meados da década de 1970, o café era o principal produto da economia paranaense. A produção cafeeira no Estado correspondia à metade da produção nacional e à terça parte da produção mundial. Boa parte desses cafeeiros estava localizada nas regiões Norte e Noroeste do Paraná, locais onde o processo de modernização aplicou-se de maneira mais intensa.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O processo de modernização do campo se organizou pela industrialização e integração na cadeia produtiva industrial. Teve como princípios a busca da competitividade, produtividade e lucratividade, que, no caso paranaense, seria estruturado pelas cooperativas agroindustriais associadas às colônias.

A documentação do ex-governador Bento Munhoz da Rocha arquivada no Museu Paranaense possibilitou compreendermos o processo de estruturação e implementação da modernização durante a sua administração (1951-1954), sem descartar, evidentemente, as contradições e os efeitos colaterais. Esses documentos fazem parte do acervo pessoal do ex-governador na posse do Museu Paranaense, são discursos que se encontram em sua maioria datilografados, com suas correções ou escritos manualmente, com suas anotações, rascunhos de textos originais, livros, fotos e filmes, que foram explorados nas análises durante a compilação da tese (ROCHA, MP, 2016).

O sistema cooperativista foi a forma de inserção do grande capital no campo, pois a chegada do capitalismo trouxe no campo um conjunto de mudanças além das técnicas na produção, principalmente a introdução do agricultor no mercado capitalista da produção, além da perda do controle da comercialização e na relação com a terra como elemento econômico. Esse novo modelo produtivo agroindustrial cooperativista impactou a agricultura tradicional praticada pelos caboclos, que passaram a enfrentar condições adversas para produzir e permanecer na terra.

Entre os originais dos discursos utilizamos os que descreviam ações que apresentavam o campo da agricultura, da infraestrutura, da colonização, educação e saúde. Temas articulados pelo governador Bento Munhoz da Rocha Netto como conexões necessárias para o êxito de um projeto agrário. Identificamos elementos na construção da tese nos discursos: em homenagem ao embaixador da Alemanha em 07/01/1952; 11/05/1953, no jantar oferecido pela municipalidade de Londrina; em 24/01/1953, Saudação ao presidente Getúlio Vargas; em 13/09/1953, na abertura do Primeiro Congresso Florestal Brasileiro; de 1953, em 06/11/1954 na abertura da Primeira Semana de Estudos Econômicos da UFPR; de 20/02/1954, na semana de Intelectuais Católicos.

No discurso realizado na visita do presidente Getúlio Vargas em 24/01/1953, o governador Bento Munhoz da Rocha fez um balanço do avanço da produção do café ao qual já ocupava o segundo lugar do país. Relatou os motivos da instituição da Assistência

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Rural ao Agricultor, da criação das casas rurais, do investimento em educação e saúde do agricultor e família.

Na abertura do I Congresso Florestal em 13/09/1953, dissertou sobre o avanço da indústria madeireira assim como sua visão sobre essa atividade econômica e das frentes agrícolas. Em 07/01/1952, em homenagem ao embaixador da Alemanha Ocidental, apresentou sua visão em relação a imigração alemã, o desenvolvimento do estado e especial da colônia de Entre Rios, que trouxeram a expertise das novas técnicas agrícolas e a triticultura.

No Lions Clube de Londrina 24/01/1953, Bento Munhoz da Rocha Netto dissertou sobre as medidas em infraestrutura para expansão da energia elétrica, estocagem, rodovias e ferrovias, medidas de Assistência ao Trabalhador Rural e a instituição das casas rurais.

Os discursos foram utilizados para compreender se as ações do governo ocorriam de forma desconexa ou se existia uma conexão lógica nos investimentos em energia, transporte (rodovias, ferrovias e portos), assistência ao trabalhador rural, as casas rurais, as colônias e o cooperativismo. Portanto, a tese tem a pretensão de provar que essas ações tinham uma lógica, que não foram situações isoladas para resolver casos específicos, mas sim atos articulados pelo governo para implantar um modelo agrário com uma política estruturada que atingissem desde escoamento de produção, estocagem, um porto qualificado, abundância de energia barata, investimento em tecnologia, educação, saúde e assistência técnica ao produtor.

Entre as justificativas apresentadas pelo governo para incentivar e alicerçar o avanço capitalista estavam o atraso social e o sistema arcaico de produção. O processo de industrialização iniciado na década de 1920, em fase de formação, mas dependente do setor agrário exportador, apresentava uma baixa atividade produtiva básica (siderurgia, mecânica pesada etc.) e reduzida capitalização.

Destacavam-se as indústrias têxteis e as alimentares, com pouca mão de obra, localizadas principalmente em São Paulo. Foi com a crise de 1929 que ocorreu a transformação no padrão de economia mundial com o advento da divisão do trabalho, com países produtores de manufaturados, de um lado, e produtores de bens primários, de outro. Essa mudança produziu uma inserção do Brasil nesse novo momento do capitalismo internacional (SANTOS, 2008).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Nos anos de 1930 a 1945, fortaleciam as ideias desenvolvimentistas marcadas pela consequência da quebra da economia da crise cafeeira e do poder hegemônico das oligarquias regionais. Foi, portanto, a partir dos anos de 1930 e sobretudo da década de 1940 que se fortaleceu no país a ideologia do moderno, tendo como referência a industrialização. A partir desse momento a propaganda intensificou em apresentar a ideologia da industrialização, marcando um período de mudança, na qual se misturam elementos tradicionais e elementos novos. Foi justamente nos anos 1950 que houve o fortalecimento da ideologia que apresentava a industrialização como um acesso rápido ao mundo desenvolvido.

No período 1930-45, o que ocorria era, principalmente, uma primeira e limitada tomada de consciência a problemática da industrialização por parte de uma nova elite técnica, civil e militar, que então se instalava nas instituições de orientação e controle implantadas pelo Estado centralizador pós – 1930. As questões de alcance nacional que esses técnicos iriam forçosamente enfrentar os conduziam a pensar nos problemas de longo prazo da economia e, com isto, na solução histórica da industrialização. É provável, aliás, que, do ponto de vista de criação e difusão da ideologia industrializante, esse fenômeno tenha sido muito mais importante que o alargamento da conscientização no interior da própria classe industrial [...]. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 250).

Os anos 1950 foram marcados pela defesa ideológica de ideias de “progresso e civilização”, defendidas pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), amplificadas no estado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Paraná (IHGPR). Utilizava-se da estratégia de incentivar prêmios de trabalhos de pesquisa, debates que tivessem a discussão sobre a construção da “identidade” do Paraná como objeto.

Na primeira metade do século XX, projetaram-se ideais regionais de cunho identitário, como a mineiridade em Minas Gerais, o gauchismo no Rio Grande do Sul, a paulistanidade em São Paulo, o amaralismo fluminense no Rio de Janeiro e que no Paraná viriam a configurar-se como paranismo, o qual, enaltecendo características identitárias paranaenses, inseriu-se num contexto regional político-econômico de ascensão da elite ervateira, majoritariamente urbana, e de decadência da elite rural dos Campos Gerais (CORDOVA, 2012, p. 161-188).

Foi a tentativa de disseminar tais conceitos pela elite acadêmica, política e econômica do estado. No Paraná essa dimensão foi iniciada por Romário Martins, que trouxe à discussão ideias de ordem e progresso, do movimento positivista, inaugurando

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

uma corrente ideológica conhecida como “Paranismo”, que tinha como objetivo criar símbolos, imagens, emblemas e signos sociais que contagiassem o imaginário paranaense (SMANIOTTO, 2016).

A modernidade se concretizava pela crescente urbanização, desdobrando-se em novos arranjos arquitetônicos que transformavam a paisagem das cidades. Enfim, não somente o sonho da modernidade, mas a própria promessa de progresso pairava no ar e encantava, tanto pelo avanço das técnicas, como pela disseminação cultural que se infiltrava, especialmente via Rio de Janeiro, então capital do país e referência cultural da época (SMANIOTTO, 2016, p. 37).

O período marcou o início de transformações demonstrando a contrariedade com as políticas e econômicas que ocorreram no Brasil da República Velha. Introduziu-se a ideia de um “Brasil moderno” sob uma determinada ótica da realidade do país, mostrando suas origens políticas e culturais, além de lançar as bases para o debate de um projeto de desenvolvimento nacional. “Moderno” tem o sentido de ruptura com o presente, apresenta outros processos a serem seguidos, permitindo a possibilidade de alterar o cenário presente ou não, mas com formas distintas de chegar ao resultado proposto. Percebemos que a modernização técnica da agricultura brasileira tem feito o caminho de conduzir para o mesmo lugar, por processos distintos, ou seja, acumular e explorar (SANTOS, 2008). Essa constatação foi analisada em Faoro, que explica a diferença entre modernidade e modernização.

Fundamentalmente, a *modernização* é um traço de linhas duplas: a linha do paradigma e o risco do país modernizável. Quando ela, a *modernização* se instaura, como ação voluntária, quem a dirige é um grupo ou classe dirigente com muitos nomes e de muitas naturezas – que, na verdade, não reflete passivamente a sociedade sobre a qual atua. Tal grupo, para mudar o que não vai, ao seu juízo, bem, começa por dissentir da classe dirigente tradicional. O desvio, entretanto, não altera a pirâmide social, nem os valores dominantes (FAORO, 1992, p. 9).

A modernização trouxe modificações na relação das forças produtivas no universo rural e urbano. A “modernização do campo teve início” com a cafeicultura, posteriormente a indústria. O governo de Bento Munhoz da Rocha Netto será analisado na lógica da modernização, porém com característica conservadora, pois não se tratava de uma ruptura, mas um processo que permitirá uma certa convivência entre o novo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

modelo agrário e o anterior, uma espécie de transição ao moderno, mas que mantinha as formas autoritárias de controle social. Foi uma modernização capitalista a partir de uma coalizão entre elites modernas e tradicionais que garantiriam o poder à velha ordem social.

Portanto, a modernização conservadora, ou seja, as transformações econômicas, políticas e sociais promovidas pelo capital apresentaram a burguesia, filha da revolução capitalista, sem condições de impor suas condições que garantissem o rompimento com a classe tradicional dos proprietários de terras, que teve como consequência um arranjo político entre os representantes da velha elite dominante e a burguesia. O arranjo político ocorreu como forma de garantir um projeto de implantação de uma sociedade capitalista enraizada num mecanismo de superioridade, cujo dinamismo das determinações políticas do Estado e os da classe dos proprietários rurais se mantivesse arraigado (PIRES, 2008).

Nesse arranjo político, as velhas elites dominantes continuaram enraizadas na composição do poder político do país, definindo o andamento do progresso capitalista brasileiro que mantiveram a lógica (PIRES, 2008). Sobre o tema afirma Azevedo (1982, p. 28) “[...] na manutenção do monopólio da terra e dos privilégios políticos da oligarquia rural, que asseguram uma modernização conservadora, às custas da exclusão política dos setores subalternos do campo, da expropriação do campesinato e da sua proletarização irremediável”.

Pelo viés da relação de mudança promovida pela burguesia, intitulada “modernização conservadora”, deve ser entendida não como uma ruptura com o “atraso” e o “arcaico”, mas um processo contínuo de misturas entre ambos, significando a transição ao moderno através da preservação das formas autoritárias de controle social. Seria uma modernização capitalista, teria se dado a partir de uma coalizão comprometida com a manutenção da velha ordem social (CASTRO, 2017).

O aspecto central que Werneck Vianna levanta para evidenciar o caráter conservador da nossa modernização capitalista e que perpassa toda sua obra diz respeito à forma que assumiu o liberalismo no Brasil [...]. Werneck segue a perspectiva já apontada por Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil*, demonstrando que o liberalismo que vicejou entre nós não foi postigo. Pelo contrário. Teria sido justamente a partir dele que teria nascido o impulso para a modernidade e a transição para a revolução burguesa. Werneck aponta para a mesma direção da obra de Florestan, evidenciando a importância do liberalismo para a modernização brasileira, posto que o primeiro grande

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

salto fundamental para a evolução do capitalismo no Brasil teria sido antes de natureza sociocultural do que econômica (PERLATTO, 2014, p. 461-503).

Desde os anos 1950, o campo experimentou a noção de modernização que se espalhou rapidamente nos Estados Unidos e na Europa. Com o apoio do Estado, o ramo agroindustrial empresarial cresceu e prosperou, inserindo cada vez mais o setor agroindustrial no sistema econômico capitalista, que passou a se orientar pelos critérios de produtividade, tecnologia e eficiência. A noção desse desenvolvimento foi, no entanto, restritiva, por se aplicar essencialmente ao progresso das técnicas de produção e de aproveitamento econômico dos recursos naturais. Para Cordova (2012, p. 172) “a própria promessa de progresso pairava no ar e encantava, tanto pelo avanço das técnicas, como pela disseminação cultural que se infiltrava, especialmente via Rio de Janeiro, então capital do país e referência cultural da época”.

A difusão da modernização capitalista no campo ocorreu pela criação de novos princípios mais técnicos e inseridos no sistema econômico global (MARX, 1982). Em cada período histórico observam-se alcances diferentes de modernização, que obedecem a uma lógica desigual de apreciação e distribuição. Como explica Milton Santos (2003, p. 142):

O espaço agrícola é, seletivamente, o receptáculo de dois tipos de capital: um capital novo, valorizado, que escolhe lugares privilegiados onde, ajudado pelo Estado, pode reproduzir-se melhor e mais rapidamente; e um capital desvalorizado, velho, que deve se refugiar nas atividades menos rentáveis, prejudicado ainda pela má qualidade ou mesmo pela inexistência de infraestruturas.

Portanto, o convívio arcaico e moderno, como analisa Milton Santos, pode significar uma espécie de reordenamento com a nova forma de exploração e substituição do tradicional, evidentemente com tensões, mas com o auxílio e controle do Estado por meio da elite, colaboradora com as condições favoráveis aos incentivos, financiamentos e leis que permitiam uma rápida reprodução do capital. Analisaremos como isso ocorreu na chegada da agricultura moderna em associação simultânea com a implementação do complexo agroindustrial. Verificaremos ainda se a transformação da estrutura tradicional dos meios de produção, modificando o modelo de agricultura, trouxe consequências

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

econômicas, sociais e ambientais. O meio ambiente passou a ser alterado rapidamente, pois o novo modelo exigia um ganho de escala. Na tese queremos compreender a busca e a abertura de mais terras livres para a agricultura na lógica da associação do novo modelo agrário com as madeiras (BALSAN, p. 2006).

A história da agricultura brasileira sempre esteve ligada à história do processo de colonização. A dominação social, política e econômica da grande propriedade sempre foi privilegiada. Esse tipo de propriedade se impôs como modelo reconhecido socialmente e recebia estímulos expressos da política agrícola. As relações próximas do poder permitiam modernizar e assegurar sua reprodução, o que permite concluir que a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno no Brasil. No caso paranaense, o governo de Bento Munhoz da Rocha Netto, nos anos de 1950, percebeu um esgotamento desse formato, percebeu também a necessidade de encontrar alternativas para a crise que se instalava no modelo de produção tradicional dos campos (WANDERLEY, 1997).

Evidentemente que o político Bento Munhoz da Rocha Netto não conseguiria sobreviver politicamente sozinho, integrava um grupo político e econômico na sociedade paranaense, que repercutia suas propostas. Portanto, suas ideias espelhavam os interesses do agrupamento da elite política tradicional, como afirma Remold (2003, p. 18): “As ideias nunca são mais que a expressão dos intelectuais de grupos que se defrontam, e os atos políticos apenas revelam relações de forças definidas, medidas, reguladas pela pressão dos conjuntos socioeconômicos”.

Essa forma de organização da sociedade contemporânea estava estruturada a partir do Estado, e este era “um instrumento da classe dominante, as iniciativas dos poderes públicos, as decisões dos governos são apenas a expressão da relação de forças [...] e a raiz das decisões, as estratégias dos grupos de pressão” (REMOLD, 2003, p. 20).

Partindo dessa premissa, um dado relevante da pesquisa foi a implementação simultânea do processo de industrialização no campo, compreendido como modernização a partir da adoção de um novo modelo agrário e as cooperativas. O processo de modernização passou pelo rápido desenvolvimento do cooperativismo, que se conectava umbilicalmente com a infiltração do capital na agricultura (SILVA, 1995)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O cooperativismo apresenta-se como uma solução capitalista para problemas como a modernização agrícola, que é um fenômeno tipicamente capitalista: neste sentido o cooperativismo será vitorioso se conseguir dar uma resposta eficiente para os estímulos e inovações capitalistas. Por isso hoje, cada vez mais, as cooperativas incorporam os métodos empresariais de gestão, pois desta forma conseguem sobreviver à concorrência que o sistema lhes impõe. (SILVA, 1995, p. 5).

A produção capitalista no campo paranaense foi sinônimo de implantação do complexo agroindustrial, conceito que tinha surgido nos Estados Unidos no início de 1950. A mudança da pequena produção para a grande produção industrial impôs novos modelos de organização capazes de suportar o aumento do fluxo de capitais investidos. A crise provocada pela Segunda Guerra Mundial e da necessidade de deslocamento do grande capital provocaram, no caso norte-americano, o surgimento das sociedades anônimas como forma de diminuir a dependência individual ou familiar proprietárias industriais, atraindo o capital de maior mobilidade para transformar pequenas empresas em grandes empresas industriais (GUIMARÃES, 1979).

Na formação do complexo agroindustrial, os fatores determinantes foram idênticos. A queda contínua da lucratividade relativa e a tendência da redução da renda agrária resultaram da industrialização da agricultura, da concentração agrária, da exigência de somas crescentes de capital fixo, determinaram a introdução de formas associativas mais amplas e mais desenvolvidas que se expressavam, no caso paranaense, nas cooperativas, forjando a integração vertical e horizontal da exploração agrícola ou o complexo agroindustrial. Um dos efeitos mais importantes foi a supressão da livre concorrência ocorrida apenas com os produtores dispersos. De maneira geral, o mecanismo dos preços passou a ser ditado pelas indústrias a montante e jusante da produção agrícola com base tendenciais monopolistas, dado o domínio incontestável que essas indústrias passavam a exercer sobre o mercado (GUIMARÃES, 1979).

A modernização agrícola era compreendida pela elite brasileira, como afirmou Guimarães, como progresso tecnológico que permitia aumentar a produtividade do trabalho e da terra. Os avanços tecnológicos caracterizavam a modernização agrícola, mas acrescentam que esse processo abrangia maior integração com os outros setores da economia – indústria e serviços. Assim, a modernização da agricultura era caracterizada pelo uso intensivo de insumos modernos, máquinas e equipamentos e pela maior

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas, quer dizer, a utilização de métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo, de tratos culturais e de processos de colheita mais sofisticados” (MUNIZ, 2005, p. 926).

Dessa maneira, a modernização do setor agrícola foi entendido pelo capital como um processo de transformação da agricultura, de forma que apresente ganhos de produtividade. Para isso, tecnologias e insumos modernos, como tratores, adubos químicos e inseticidas, eram fundamentais (LOBÃO, 2016).

Mas a história agrária brasileira permite afirmar que a modernização econômica do país esteve vinculada aos desejos da elite econômica nacional e global e foi justamente a elite tradicional de proprietários que condicionou um padrão de capitalismo submisso aos interesses do mercado internacional, que condicionou os negócios agrários à lógica (PIRES, 2008). A esse respeito afirma Lessa e Dain (1998, p. 260): “[...] da permissividade com os movimentos especulativos, a obliquidade patrimonialista [...]”

Logo, a modernização da grande exploração agrícola foi retratada como a implementação da via prussiana no Brasil [a qual] foi por diversos autores denominada de modernização conservadora da agropecuária brasileira. [...] O padrão agrícola nacional seguiu os caminhos da modernização da grande propriedade agrícola sem que houvesse qualquer fragmentação da estrutura fundiária nacional (PIRES, 2008, p.19).

A agricultura nacional e mundial no último meio século sofreu mudanças na forma de produzir. Essas modificações tiveram vários motivos, desde a necessidade do aumento da oferta de alimentos ao avanço da ciência e da tecnologia, introduzindo novas técnicas e produtos que ampliassem a produtividade no campo dentro da lógica do capitalismo internacional, onde o país estivesse inserido de forma submissa aos interesses do grande capital (BUAINAIN, 2014).

A modernização agrícola no Brasil começou na pós-Segunda Guerra Mundial para responder às exigências da indústria num momento de rápida urbanização e industrialização de São Paulo e Rio de Janeiro. O objetivo dessa modernização era o aumento tanto da produção quanto da produtividade de culturas de interesse mundial, fato ocorrido a partir da inserção das inovações tecnológicas.

No caso paranaense, esse modelo era agregado pelo cooperativismo, forma de suavizar a penetração e o controle do campo pelo capital. O cooperativismo era

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

compreendido como uma alternativa para os colonos sobreviverem à competição das indústrias alimentícias que começavam a se instalar no estado e que retiravam do agricultor o protagonismo, passando ao capital (CARVALHO, 2014).

Para o governo, o cooperativismo agregado à agroindustrialização era a chave para o desenvolvimento do Paraná. Afinal, não teria como concorrer com estados mais ricos, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que disputavam as indústrias pesadas de base. Segundo o governador, os agricultores paranaenses não apresentavam conhecimentos técnicos suficientes para incorporar e implantar novas técnicas e tecnologias em curto período, ou seja, durante seu mandato. Portanto, era necessário buscar na Europa imigrantes especializados para a execução do empreendimento, enquanto iniciava um processo de formação educativa voltada aos nossos agricultores que caberia às Casas Rurais.

O conceito de cooperação é relativamente simples. Quando se verifica como se estrutura a economia no campo em sua complexa organização, podemos notar que uma cadeia de serviços ordenados em grande escala apresenta maior benefício ao agricultor. Invariavelmente ocorre sem provocar a demolição do ofício das diferentes partes da propriedade e muito menos a destruição do domínio familiar da propriedade que conecta os esforços em sociedade com os colonos.

A primeira mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado em 1951 no início da gestão, o governador expôs a insatisfação com a situação da agropecuária e a necessidade de industrialização do Estado. As ações indicam a intenção do governo na reestruturação do campo paranaense dentro do formato capitalista que coaduna o pensamento liberal conservador do governador. Evidentemente esse processo provocou consequências aos agricultores, camponeses e caboclos, identificados e analisados na pesquisa em relação ao novo modelo de produção adotado.

Na mensagem apresenta o Departamento de Assistência ao Cooperativismo, da Secretaria da Indústria e Agricultura, que foi transformado em uma caixa de ressonância com a organização da intensa propaganda. E como o órgão estabeleceu a estratégia para divulgar a doutrina do cooperativismo e da industrialização apresentada pelo governador Bento Munhoz da Rocha Netto? “O DAC, que tem em nosso Estado, o encargo da difusão doutrinária do cooperativismo, e bem assim, o seu incentivo, através de assistência vigilante

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

as cooperativas” (PARANÁ, 1951, p. 52). Para isso, organizou uma rede de rádios, jornais e revistas para o suporte do projeto. O jornal *Gazeta do Povo* (03/03/1951), o maior do estado, situado em Curitiba, tinha uma coluna diária intitulada “Questão agrícola” para difundir e ter o apoio das novas ideias relacionadas ao campo. Assim registra:

COOPERATIVISMO:

O QUE É PRECISO PARA FORMAR UMA COOPERATIVA

Em síntese para a formação de uma cooperativa é necessário:

- 1) Contar com apoio de pelo menos nove pessoas que desejam fundá-la;
- 2) Clima local propício para seu desenvolvimento quer seja pelo setor social quer seja no setor de produção;
- 3) Capital compatível com suas finalidades;
- 4) Escolha de elementos honestos e capazes para os cargos de direção;
- 5) Aplicação prática pelos associados do que seja solidariedade consubstanciada no princípio: um por todos e todos por um.

Analisaremos a estruturação do novo modelo de produção agropecuária industrial atrelada à exportação para compreender as consequências da economia, principalmente para o homem do campo. Portanto, analisar o projeto, seus objetivos, sua estruturação, as estratégias de divulgação da nova ideologia, é essencial para a compreensão da relação da implantação desse novo modelo. Identificaremos os conflitos no campo, pois a sociedade regional era objeto de intensa propaganda dos benefícios do novo modelo, como os empregos na industrialização do campo em detrimento da agricultura tradicional, considerada ultrapassada.

3. Considerações Finais

O processo de colonização das regiões Norte, Oeste e Paraná tradicionalmente orientaram o governo de Bento Munhoz da Rocha Netto na adoção de um modelo de colonização do campo que não levassem a explosão da violência social em razão da exploração brutal ocorridas nas colonizações anteriores. Esses acontecimentos foram decisivos para a formatação do novo projeto como modelo agrário.

As ações do governo foram articuladas e executadas pelo governo para implementar a nova política agrária; a instituição das colônias Entre Rios (Guarapuava), Witmarsum (Palmeira) e Castrolanda (Castro); a inauguração das Casas Rurais com

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

escritórios espalhados pelo estado para levar ao conhecimento dos agricultores as novas técnicas; a investida em infraestrutura de escoamento de produção, o porto, as rodovias e ferrovias; a estruturação do setor elétrico com a fundação da Copel para maior oferta de energia barata; apoio ao agricultor com instalação do Departamento de Assistência ao Agricultor, com a criação de postos de puericultura para cuidar da saúde dos agricultores e familiares; a locação de recursos em educação para novas escolas técnicas; a busca de parcerias com o governo federal para transformar a Embrapa, dos Campos Gerais, em centro de pesquisas em campo primitivo, e, finalmente, o estabelecimento de uma rede de rádios, jornais e revistas para divulgar os avanços tecnológicos.

REFERÊNCIAS

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. *Campo-Território: revista de geografia agrária*. Uberlândia: UFU, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *O Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BUAINAIN, Antônio Márcio. et al. (Ed.). *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília, DF: Embrapa, 2014, p. 11-20.

CARVALHO, Paulo Afonso Francisco de. Chayanov e a teoria do cooperativismo. In: CARVALHO, Horácio Martins de. *Chayanov e o campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CASTRO, Luis Felipe Perdigão. Modernização conservadora no Agro brasileiro: trajetória, contradições e alternativas. *Revista Percurso – NEMO*, Maringá, v. 9, n. 1, p. 3-23, 2017.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. Tinguís, Pioneiros e Adventícios na mancha loira do Sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense. 2009. 296 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2009.

_____. A formação social e cultural no sul do Brasil: a “mancha loira” como um contraponto ao Brasil “mestiço e mulato”. *Revista de História Regional*. Goiânia: UFG, v. 17, n. 2, p. 161-188, jul./dez. 2012.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ELFES, Alberto. *Suábios do Danúbio*. Curitiba: Edição do Autor, 1971.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 6, n.14, jan/abr.1992.

Gazeta do Povo, Jornal, Curitiba, 16/03/1951.

KUNHAVALIK, José Pedro. *Bento Munhoz da Rocha Neto: trajetória política e gestão no governo do Paraná*. Curitiba: Seti, 2004.

LESSA, C.; DAIN, S. Capitalismo associado: algumas referências para o tema Estado e desenvolvimento. In: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1998. V. 1.

LOBÃO, Mário Sérgio Pedroza et al. Modernização agrícola do Paraná. *Revista de Política Agrícola*, Brasília: Embrapa, v. 25, n. 3, jul./ago./set. 2016.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: política e governo*. Curitiba: Seed, 2001.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1.

MUNIZ, Helena Maria Cabelo; ROSA, Miriam Dantas. Desdobramentos da modernização da agricultura no estado do Paraná (Brasil). In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10. *Por uma geografia latino-americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade*: São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, 2005.

PERLATTO, Fernando. Interpretando a modernização conservadora: a imaginação sociológica brasileira em tempos difíceis. *Revista Estudos Políticos*, v. 5, p. 461-503, 2014.

PIRES, Murilo José de Souza. *As Implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região Centro-Sul de Goiás*. 2008, f. 146, Tese (Em Desenvolvimento Econômico) Instituto de Economia da Universidade de Campinas- Unicamp, Campinas.

PRIORI, Ângelo. *História do Paraná: Séc. XIX ao XX*. Maringá: Eduem, 2012.

REMOLD, René. *Por uma História Política* (Org.). Rio de Janeiro: 2. ed., Editora FGV, 2003.

ROCHA, Bento Munhoz Netto. *Documentos e iconografia – setor história*. Curitiba: Museu Paranaense, 2016. caixa 1. Compõe a documentação: discursos originais (com sua

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

própria caligrafia), leis, recortes de jornais, revistas, fotos, medalhas, títulos e livros/artigos de autoria do ex-governador.

SILVA, Danilo Honório da. *Modernização agrícola e o cooperativismo no Paraná nos anos setenta*. 1995, f. 92. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia da Universidade de Campinas- Unicamp, Campinas, 1995.

SMANIOTTO, Marcos Alexandre. *A modernização Conservadora na Microregião Oeste do Paraná (1964-1979)*. 2016, f. 313. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Ciências Humanas da UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.